

Prefeitos falam em “cobertor curto”

Após decisão do STF que obriga poder público a garantir matrículas, gestores municipais cogitam tirar verba do Fundamental

MARCEL HARTMANN

marcel.hartmann@zerohora.com.br

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de quinta-feira que obriga o poder público a fornecer vagas em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos foi criticada por prefeitos. A avaliação é de que não há dinheiro para financiar a expansão – e que será necessário remanejar a verba do Ensino Fundamental.

Segundo levantamento da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o país tem déficit de 3,3 milhões de vagas em creches e na pré-escola, sendo 134.351 apenas no RS. A Educação Infantil é de responsabilidade de prefeituras, enquanto a oferta de vagas do 1º ao 5º ano do Fundamental é compartilhada com o governo do Estado.

Cálculo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima que o impacto para atender apenas crianças em creches será de R\$ 120,5 bilhões por ano – no Estado, prefeituras arcarão com gasto adicional de R\$ 5,5 bilhões anuais. Para cada criança em creche, municípios aplicam, em média, R\$ 1,2 mil por mês.

Além disso, prefeitos precisarão lidar, no ano que vem, com a decisão do governo federal de cortar quase R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) – verba usada por municípios para construir creches, reformar e ampliar as existentes, além de expandir o turno integral.

A CNM, que representa prefeitos de todo o Brasil, criticou a decisão do Supremo sob o argumento de que a Constituição não obriga-

O déficit

Demanda de matrículas para crianças de zero a cinco anos



Fonte: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

ria municípios a oferecerem vagas em creches (zero a três anos), apenas na pré-escola (quatro e cinco anos) – onde já são atendidas quase 93% das crianças brasileiras dessa faixa etária.

Remanejo

Em entrevista à Rádio Gaúcha, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou que prefeituras não têm dinheiro para colocar todas as crianças na pré-escola e em creches e que municípios precisarão tirar verba do Ensino Fundamental e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), usado para pagar salário de professores, a fim de dar conta da nova demanda.

– O problema é como executar. Vai sair dinheiro do Fundeb e do Ensino Fundamental. Como você vai falar em revolução da educação se vai tirar parte do financiamento de uma etapa para colocar em outra? Não existe almoço grátis. Se o cobertor escapou de uma ponta, vai puxar do outro lado. O Fundamental vai ter menos recurso. Vamos tentar cumprir a decisão do Supremo, mas não cabe na nossa arrecadação – afirma o presidente da CNM.

Já o presidente da Federação

das Associações de Municípios (Famurs) e prefeito de Restinga Sêca, Paulinho Salerno, diz que a obrigatoriedade conflita com a redução no repasse federal para o FNDE em 2023. Ele acrescenta que a maioria dos municípios do Interior nem sequer oferece vagas para a Educação Infantil em zonas rurais, o que exigirá a construção de escolas.

– A gente tem de lutar agora para ampliar o valor pago (pela União) por aluno no Fundeb e discutir com o Congresso uma fonte de financiamento. Já colocamos hoje muitos recursos próprios e, agora, vamos atrás de mais – diz o presidente da Famurs.

Uma possível saída, sugere, é que municípios criem convênios com o Estado para usar salas de aula de escolas estaduais no atendimento de crianças da Educação Infantil matriculadas em escolas municipais – o que Salerno já faz em Restinga Sêca.

Alternativas

A dificuldade orçamentária de municípios é compreensível, mas os brasileiros que mais precisam de vagas em creche e que estão desassistidos

O custo

Estimativa de gasto adicional para universalizar vagas em creches para crianças de zero a três anos

(em R\$)



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

são a população mais vulnerável, afirma Cezar Miola, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e presidente da Atricon.

Ele cita formas de financiar a universalização de vagas para crianças. Uma delas é prever mais verbas para a educação nos orçamentos das prefeituras do ano que vem, já considerando o corte no FNDE.

Outra é implementar um pedido histórico da área de ensino: o Sistema Nacional de Educação (SNE), espécie de SUS educacional que desenharia formas de financiamento para universalizar o acesso à matrícula. Projeto de lei do senador Flávio Arns (Podemos/PR) que pretende incluir o SNE na Constituição foi aprovado no plenário em março e agora aguarda análise da Câmara dos Deputados.

– A Constituição assegura a absoluta prioridade ao jovem, e isso deve se traduzir nos orçamentos e nas políticas públicas. A Constituição diz que a Educação Infantil é atribuição dos municípios, mas também diz que a União deve atribuir auxílio financeiro. É a hora de o federalismo ser colocado em prática e de colocarmos em termos materiais o SNE – diz Miola.

Na Capital

• Por meio de nota, a Secretaria da Educação de Porto Alegre (Smed) diz que está fazendo estudos iniciais, tanto legais quanto orçamentários, para avaliar o impacto da decisão do Supremo. “A repercussão financeira não tem como ser mensurada, de forma responsável, em um dia”, afirma a pasta

• A Smed diz que tem trabalhado para ampliar o número de vagas na Educação Infantil por entender a importância do acesso à escola, nesta faixa etária em especial, para as próprias crianças e suas famílias

• A prefeitura diz que, desde 2021, ampliou a oferta de vagas na Educação Infantil, oferecendo mais de 1,6 mil matrículas tanto na rede própria quanto na rede conveniada. Ainda assim, há, em Porto Alegre, déficit de 5.606 vagas para creches (zero a três anos de idade)

• No caso da pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), há mais vagas livres (1.135) do que lista de espera (1.078) porque a demanda varia conforme a região – há regiões sem demanda reprimida e outras com grande procura

GZH
Mais sobre a decisão do STF em gzh.rs/vagascreches

A SUTIL ARTE DE LIGAR O 4X4.

SUZUKI

Jimny

JIMNY SIERRA

JIMNYSIERRA.COM.BR

Tô numa boa. Tô de Jimny Sierra

Junto Salva Vidas

Tech and Soul